

## SISTEMA DE SAÚDE EM INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Priscilla Larissa Silva Pires<sup>1</sup>; Marcos Martins da Costa<sup>2</sup>; Mariana Thees de Moraes<sup>3</sup>; Jokasta Sousa Rocha<sup>4</sup>; Aline Alvim Ferreira<sup>5</sup>; Daniela Margarida Ferreira da Silva<sup>6</sup>; Rafael Lemes de Aquino<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Enfermeira. Residente do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (Uni e Multiprofissional). E-mail: prihh-larissa@hotmail.com;

<sup>2</sup>Enfermeiro. Residente do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (Uni e Multiprofissional).

E-mail: marcosmartinsufu@outlook.com; <sup>3</sup>Enfermeira. Residente do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (Uni e Multiprofissional). E-mail: marianathees@hotmail.com; <sup>4</sup>Nutricionista. Residente do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (Uni e Multiprofissional). E-mail: jokastarocha@hotmail.com; <sup>5</sup>Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: alinealvim@gmail.com; <sup>6</sup>Enfermeira. Atuante na Unidade Terapia Intensiva do Complexo Hospitalar Santa Geneveva. E-mail: danielamargaridafds@gmail.com; <sup>7</sup>Orientador. Graduação em Enfermagem. Mestre em saúde ambiental e saúde do trabalhador. Doutorando em ciências da saúde. UFU. E-mail: rafaberlandia@hotmail.com.

**Introdução:** O presídio é um ambiente fechado, com superlotação das celas, insalubridade, e comumente possui um precário atendimento primário a saúde, caracterizando o como um local propício à proliferação de doenças infecto-contagiosas. Atualmente há 726 mil pessoas encarceradas no país, sendo que 42.355 referem-se à população feminina. As ações de saúde em instituições carcerárias como forma de promoção e prevenção de doenças, diminuição dos riscos e agravos são de extrema importância, no intuito de minimizar a incidência e a prevalência de diversas doenças transmissíveis. Para um maior controle, o Ministério da Saúde instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP pela Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de Setembro de 2003 e, posteriormente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), pela Portaria Interministerial n.º 1, de 2 de janeiro de 2014, como uma estratégia na definição e implementação de ações e serviços de saúde direcionados à atenção integral da população prisional, tanto masculina quanto feminina. **Objetivo:** O presente estudo tem por objetivo investigar na literatura a implementação e execução de ações de saúde na instituição carcerária. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da atenção primária aplicada à população prisional, obedecendo às seis etapas de Mendes, Silveira e Galvão (2008). A busca dos estudos foi realizada nas seguintes bases de dados: LILACS-Express, Scielo, BDEF – Enfermagem e MEDLINE. Utilizaram-se os Descritores de Saúde: Penitenciária, Políticas Públicas e Saúde, resultando em 48 artigos, obtendo uma amostra final de 10 publicações. Foram incluídos na pesquisa estudos relacionados ao tema, na íntegra, publicados online nos últimos cinco anos, no idioma português. Desses artigos, nenhuma busca enfatizou a importância da imunização dos indivíduos aprisionados para o controle das doenças infectocontagiosas. **Desenvolvimento:** Após a leitura, observou-se que alguns artigos ressaltam o aumento da população privada de liberdade nos últimos anos, principalmente entre mulheres, o que dificultou a oferta de ações e serviços de saúde, além de alocação de recursos para esse público. A respeito da assistência prestada às gestantes no sistema carcerário, verificou-se uma atenção precária, principalmente por parte dos profissionais de saúde que não fornecem um atendimento adequado e de qualidade, além da infraestrutura inadequada para o atendimento dos indivíduos e principalmente da população feminina, especialmente as gestantes. Por fim, enfatiza a disseminação de doenças nessa população, como câncer, diabetes, hipertensão, tuberculose, problemas de saúde mental (em especial, relatos de depressão) e, doenças sexualmente transmissíveis, apontando como fatores que potencializam o risco de infecção o uso de piercing, tatuagem, uso de drogas injetáveis e práticas sexuais inseguras, além do acesso limitado a insumos. **Conclusão:** Sendo assim possibilita concluir que, a saúde dos indivíduos confinados necessita de uma atenção minuciosa a fim de buscar uma melhor qualidade de vida e minimizar a proliferação de doenças. Para ser alcançado, conta com a formulação de um planejamento de ações e serviços de saúde focando nas ações preventivas e curativas, sendo uma das estratégias a imunização. Deve-se aderir à humanização no decorrer da atuação profissional no sistema penal, procurando reduzir os casos de negligência.

**Palavras-chave:** Penitenciária; Políticas Públicas; Saúde

**Conflito de interesses:** Não há conflito de interesse envolvendo o resumo do presente trabalho acadêmico.

**Referências:**

CARVALHO, G. O. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: Uma análise sobre a evolução normativa. Caderno Ibero-Americano de Direito Sanitário, Brasília, v.6, n. 4, p. 112-129, out./dez, 2017.

SANTANA, A. T. et al. Mães do cárcere: Vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 40, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2016.

LERMEN, H. S. et al. Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 905-924, 2015.